



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DA REDE ESTADUAL NA CIDADE DE MACEIÓ/AL**

Layana Ribeiro Araújo; Neiza de Lourdes Frederico Fumes

Universidade Federal de Alagoas. [layanaribeiroaraujo@outlook.com](mailto:layanaribeiroaraujo@outlook.com) [neizaf@uol.com.br](mailto:neizaf@uol.com.br)

### **Resumo**

Este estudo teve o objetivo de analisar a formação inicial e continuada de professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) de Escolas Estaduais e de um Centro Especializado de uma Coordenadoria Regional de Educação (CRE) na capital de Alagoas, Maceió, como ainda analisar a avaliação desses professores/as sobre ações no âmbito da formação continuada oferecidas pela Gerência de Educação Especial do Estado de Alagoas. A pesquisa foi de caráter qualitativo, fazendo uso da Entrevista Semiestruturada como técnica de coleta de dados. Participaram do estudo 24 Professores do Atendimento Educacional Especializado de escolas Estaduais e de um Centro Especializado de uma CRE localizada na cidade de Maceió-AL. Os resultados mostraram que os contratos de admissão eram temporários e a Coordenadoria Regional do Estado recebia profissionais com diversas formações para a atuação no AEE, apesar da formação inicial da maioria continuar sendo em Pedagogia. Grande parte possuía cursos de especialização *Lato Sensu*, ainda que fossem diferentes áreas e participavam de ações no âmbito da formação continuada, na qual avaliavam positivamente, apesar de fazerem críticas em relação à quantidade de cursos e utilidades prática na atividade docente.

**Palavras chave:** Atendimento Educacional Especializado. Formação Continuada. Educação Especial

### **Abstract**

This paper aimed to analyze the continuing training of the Special Education teachers of state schools and a specialized center of Regional Specialized Center of Regional Coordination of Education in the capital of Alagoas state, Maceió, as well analyze the evaluation of teacher about actions in the scope of continuing training offered by the Special Education Management of the State of Alagoas and the same they felt prepared to act in the Special Education Services. The research was qualitative, using the semi-structured interview as data collection technique. The participants were 24 Special Education Services teachers of state schools and a Specialized Center of CRE in the city of Maceió-AL. The results showed that contracts of employment were temporary and the Regional Coordination has professionals with diverse backgrounds to operations in the AEE, although most of the initial training was in Pedagogy. The majority had *Lato Sensu* specialization courses, even they were different areas and participated in actions under the continuing training, which assessed positively, despite being critical of the amount of courses and practical uses in teaching activity.

**Keywords:** Special Education Services.. Continuing training. Special Education



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## **Introdução**

A formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um dos temas mais abordados quando se fala sobre inclusão escolar. Isso se dá devido os desafios encontrados na escolarização de pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

De acordo com Torres Gonzáies (2002, p.241), “o movimento para responder à diversidade, numa escola integradora<sup>1</sup>, tem muitas implicações para os professores e para a própria escola, que devem centrar-se na busca de estratégias para ajudar todos os alunos”. O fato de haver muitas implicações para o docente requer que ele tenha acesso a uma formação inicial e continuada que possibilite a sua ação, de maneira adequada, no processo de inclusão.

A formação inicial se caracteriza pelo primeiro contato para atuação docente, enquanto que a formação continuada surge como forma de complementar e promover atualização dos professores que já estão na rede. Para Gatti (2008, p. 57), a formação continuada é “tudo que possa oferecer ocasião de informação, reflexão, discussão e trocas que favoreçam o aprimoramento profissional, em qualquer de seus ângulos, em qualquer situação”. Ou seja, é um processo permanente de conhecimento e desenvolvimento profissional e deve ser um compromisso do Sistema Educacional. Dessa forma, é importante que haja uma parceria com as Secretarias de Educação e as escolas para a promoção de cursos de formação continuada, de acordo com as necessidades dos professores.

Desse modo, visto a importância dessa formação para o professor em exercício, essa pesquisa visou analisar esse processo em escolas e um centro especializado da Rede Estadual, como também conhecer a avaliação dessas ações pelos professores.

## **Metodologia**

---

<sup>1</sup>Em países, como a Espanha, lugar de origem de Gonzáies, o termo integradora tem o significado similar com o termo inclusivo. Diferentemente no Brasil onde integração tem significado diferente de inclusão. Sendo assim, estamos mantendo o sentido proposto pelo autor.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O presente artigo abrange a análise da entrevista de vinte e quatro professores do Atendimento Educacional Especializado de nove escolas Estaduais e um Centro Especializado de uma Coordenadora Regional do Estado (CRE), no Município de Maceió-AL.

A abordagem de pesquisa adotada foi aqualitativa. De acordo com Flick (2009, p.16), essa “usa o texto como material empírico (ao invés de números) e parte da noção da construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano em relação ao estudo”.

Para a coleta de dados, usamos a técnica de entrevista semiestruturada. Appolinário (2006) afirma que esse tipo de entrevista consiste em seguir um roteiro previamente estabelecido, mas também possibilita ao entrevistador que acrescente ou improvise caso sinta necessidade.

Na análise dos dados utilizamos a técnica da análise de conteúdo. Em conformidade com Silva e Fossá (2013, p.2) “Na análise do material, busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos”, ou seja, separamos todas as entrevistas por temas relacionados e analisamos a respostas que se repetem e as que se diferem entre si.

Este plano de trabalho está vinculado ao Observatório Nacional de Educação Especial: Estudo em Rede Nacional sobre as Salas de Recursos Multifuncionais das Escolas Comuns. A pesquisa visa analisar a implantação e o funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais em todo o país.

Dividimos os profissionais estudados em três grupos. O grupo 1 (G1) foi constituído pelos profissionais que trabalhavam nas salas de recursos multifuncionais e eram formados em Pedagogia; o grupo 2 (G2) era dos professores contratados para atuar nas SRM e tinham formação inicial diferente a do curso Pedagogia e, por fim, o grupo 3 (G3) eram os profissionais que trabalhavam no centro especializado, independente da formação inicial.



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## Resultados e discussão

Um fato importante sobre os profissionais estudados é que grande parte dos professores que trabalhavam no AEE das escolas estaduais, eram monitores, nomenclatura dada para definir profissionais contratados temporariamente pelo Estado (período de aproximadamente 2 anos), através de processo seletivo. Essa situação era bastante diferente da dos professores de SRM do município de Maceió, que de acordo com Fumes *et al* (2014), eram em sua totalidade funcionários permanentes e efetivados através de concurso público.

No Grupo 1, contabilizamos 6 monitores e 5 professores efetivos, porém, estes últimos foram remanejados para a SRM das salas comuns, de centros especializados e da gestão da escola. Enfim, nenhum deles passou por concurso para atuar especificamente com a Educação Especial. No Grupo 2, eram 7 monitores e 1 profissional remanejado para a SRM. E, no Grupo 3, existiam 4 monitores e apenas efetivo. Analisando os editais dos últimos 7 anos<sup>2</sup>, que constam no site oficial da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas<sup>3</sup>, observamos que, nesse período, houve apenas um concurso público para professor – o de provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos cargos de Professor e de Secretário escolar (edital nº 3 – SEE, de 8 de novembro de 2013) entretanto entre os cargos disponíveis não constava nenhum para professor especialista em Educação Inclusiva/Especial. Isso nos leva a crer que desde quando começou o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, em 2005, até o momento, o estado de Alagoas não realizou nenhum concurso específico para atuação em Sala de Recursos Multifuncionais. Portanto, todos

---

<sup>2</sup> EDITAL SEE nº 01/2008; EDITAL SEE nº. 02/2008; EDITAL/SEE nº 004/2008; EDITAL/SEE nº. 012/2008; EDITAL nº SEE 013/2009 EDITAL nº SEE 002/2010; SEE nº 003/2010; EDITAL SEE nº.012/2010; EDITAL/SEE nº. 009/2011; EDITAL nº 004/2012-SEE; EDITAL SEE nº 005/2012; EDITAL nº 08/2012, EDITAL SEE nº 002/2013; EDITAL nº 003/2013; EDITAL nº 1 – SEGESP, DE 2 DE OUTUBRO DE 2013; EDITAL/SEE 001/2014; EDITAL/SEE nº 002/2014; EDITAL nº 008/2014; EDITAL nº 002/2015.

<sup>2</sup> Disponível em <<http://www.educacao.al.gov.br/editais>> Acesso em: 13 jul, 2015.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

os profissionais que atuavam nas SRM possuíam contratos temporários ou foram remanejados.

Esta situação corrobora com a ideia de uma desvalorização por parte da Secretaria Estadual de Educação. No caso específico da Educação Especial, havia e ainda há necessidade de contratação de profissionais na área, porém, não são realizadas admissões definitivas desses profissionais. Segundo a Lei Estadual nº 6.018, de 1998, que dispõe sobre a contratação temporária de excepcional interesse público, e o artigo 11, da Lei Estadual nº 5.538, é contratado em caráter de emergência, pelo período máximo de 24 meses, para suprir a carência exclusivamente na área da saúde nas áreas de urgência e emergência, carência comprovada de pessoal para atender à educação, na área de ensino fundamental e médio, calamidade pública, entre outra. Como podemos constatar a contratação temporária deve ser feita em caráter de emergência por um período determinado de tempo, mas o que acontece é que a contratação é sempre priorizada, enquanto que o concurso público é postergado.

Em uma pesquisa realizada por Soares *et al* (2014) é afirmado que na Capital da Paraíba, João Pessoa, há a contratação temporária de professores de SRM/AEE e os autores explicam que “a prefeitura de JP(João Pessoa) parece não ter ainda reconhecido a importância da SRM/AEE no âmbito da rede de ensino e, portanto, não desenvolveu uma política de contratação das professoras do AEE” (p. 9). Essa é uma situação semelhante com a de Maceió, onde não há política de contratação de professores para o AEE, havendo assim, a desvalorização docente desses profissionais.

Referente a formação inicial dos professores estudados, a maioria tinha formação inicial em Pedagogia (14 profissionais), enquanto que os demais eram formados em outras áreas do conhecimento, como Artes Cênicas(1), Educação Física(1), Gestão em Tecnologia da Informação(1), Psicologia(4) e dois profissionais possuíam mais de uma formação acadêmica, sendo que uma delas era em Pedagogia e ambos atuavam nas SRM como professor do AEE.

Essa diversidade de áreas da formação inicial pode ser melhor explicada pela



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

análise do edital do processo seletivo que havia selecionado a ampla maioria desses profissionais. Segundo o Edital SEE nº005/2012, além dos professores de SRM, foram contratos profissionais de diversas áreas entre elas Auxiliar de Vida Diária- AVD, Piscineiro, Instrutor de Oficinas Pedagógicas em Educação Profissional em Cozinha Experimental, Corte e Costura, Marcenaria entre outros.

Um dos requisitos para o cargo do profissional das Oficinas Pedagógicas em Educação Profissional era certificado de qualificação na área específica, em que se inscreveu reconhecida pela SEE/AL, MEC ou Pelos Sistemas “S” (SENAI, SENAC, SEBRAE, SESC, SESI), a partir de 80 horas.

Assim, as escolas estaduais da CRE em análise contavam com profissionais com formações diversas. Estes profissionais trabalhavam em parceria com o professor de SRM, realizando o atendimento fora desses espaços, como podemos observar a partir desse recorte de fala:

[A função é] Estar auxiliando os psicopedagogos e os professores quando [o aluno] tem dificuldade de leitura, de conhecimento de letra e estar usando esse recurso da informática de um lado diferente, mais atrativo, vamos dizer assim. [G2- Professor- 4]

Essa é uma questão bastante particular das escolas da Rede Estadual de Alagoas. Fazendo uma análise comparativa com as Escolas Municipais da mesma cidade, Maceió, de acordo com Calheiros e Fumes (2012) não existiam outros atendimentos para os alunos do público alvo da Educação Especial nas escolas da rede municipal. Com isso, o único serviço oferecido era aquele realizado nas SRM e os profissionais dessas escolas tinham a formação definida pela Resolução n.º 4/2011.

Ainda em relação à formação inicial, perguntamos aos professores se nos percursos acadêmico os mesmos tiveram contato com disciplinas relacionadas à Educação Especial/ Inclusiva.

No Grupo 1, sete profissionais tiveram contado com estas disciplinas, três professores disseram que não e um não respondeu. Neste grupo, muitos dos participantes que responderam ter essa proximidade com conteúdos relacionados ao AEE mencionaram ter cursado duas disciplinas no curso – uma como eletiva, de





## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Educação Especial e a outra como obrigatório – Libras. Os que afirmaram não ter contato, estavam formados havia mais de 10 anos e não se falava de inclusão em instituição escolar na época da sua formação.

No Grupo 2 contabilizamos mais pessoas que não haviam tido o primeiro contato com disciplinas relacionadas à Educação Especial/ Inclusiva do que nos outros dois grupos, por haver profissionais provenientes de outras áreas de formação e não vinculadas à docência. Dos oito profissionais, apenas 3 tiveram contato no curso de graduação com disciplinas relacionadas à Educação Especial.

Já, no Grupo 3 apenas uma pessoa não teve um primeiro contato com disciplinas concernente à Educação Especial/Inclusiva na formação inicial, pois esta já era formada havia muito tempo.

Para uma atuação profissional que promova a inclusão de alunos da Educação Especial consideramos que seria desejável que todos os professores tivessem aproximação com conteúdos relacionados à Educação Especial/ Inclusiva, porém, nem sempre isso acontece, ainda hoje, ou então a formação fica restrita a umas poucas disciplinas específicas. Barros (2010, p.32) afirma que:

[...] muitos professores desconhecem a temática da Educação Especial, esta que deveria perpassar todas as disciplinas dos cursos de licenciatura como meio necessário e fundamental para que os futuros professores compreendam e saibam lidar com a heterogeneidade de alunos que estão presentes na realidade educacional brasileira.

Ter apenas uma ou duas disciplinas voltadas para a temática da Educação Inclusiva pode não ser suficiente para a compreensão dos futuros pedagogos e professores sobre o que é verdadeiramente a Educação Inclusiva, deixando a cargo da formação especializada a missão de preparar professores aptos para a inclusão. Do nosso ponto, isso é bastante negativo, já que a inclusão deve ser compartilhada por todos.

Dessa forma, os professores de salas comuns deveriam ser preparados para receber e atender a diversidade de alunos, incluindo os com deficiência, enquanto os professores de SRM seriam especializados. De acordo com o decreto n.º 7611/2011 em



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

seu Art. 2º “A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado” (BRASIL, 2011).

Assim sendo, perguntamos aos professores entrevistados se possuíam cursos em nível de especialização e quais eram. Como podemos observar no quadro 3, grande parte dos profissionais possuía cursos em nível de especialização em diferentes áreas:

### Quadro 2: Formação pós-graduada dos participantes

Pós- graduação	Nº de pessoas
Educação Especial	4
Especialização em Deficiência Auditiva	1
Psicopedagogia	9
Saúde da família	1
Tutoria em Educação a distância	1
Não informado	1
Sem pós- graduação	4
Mais de uma especialização	3

Fonte: As autoras

Quatro dos professores não possuíam curso em nível de especialização e um não nos informou. A maioria dos profissionais tinha especialização em Psicopedagogia.

De acordo com a Resolução CNE/CEB n.4/2009, art. 12, para atuar no atendimento educacional especializado, o professor deve ter formação inicial que o habilite para exercício da docência e formação específica na educação especial. Dessa forma e considerando esses requisitos, pelo menos 5 profissionais não estariam aptos para atuar na SRM – os que não possuíam formação em nível de Especialização e o profissional com especialização em Saúde da Família e o professor que possui tutoria em EAD

Além da especialização, é necessário que o professor participe da formação contínua para enriquecer a sua prática. Como já foi dito anteriormente, a formação continuada proporciona momento de reflexão sobre a ação docente e atualização da prática pedagógica, Para os Referenciais para a formação dos professores (1999, p. 70) a formação continuada deve “propiciar atualizações, aprofundamento das temáticas educacionais e apoiar-se numa reflexão sobre a prática educativa, promovendo um processo constante de auto-avaliação que oriente a construção contínua de competências





## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

profissionais”. À vista disso, é importante que todos os professores, em especial os do AEE, estejam em constante formação para potencializar o ensino. Desse modo, é imprescindível a formação continuada.

Assim, perguntamos aos professores pesquisados se eles participavam de programas de formação continuada e como avaliam os mesmos. Grande parte dos profissionais afirmou participar das formações oferecidas pela CRE em análise. De todos os docentes, apenas 2 nunca participaram de formação continuada e 1 não respondeu.

A avaliação dessa formação foi bastante diversificada. Houve profissionais avaliando positivamente e outros negativamente, porém, em geral, os professores consideravam positivas as ações oferecidas pela CRE e afirmavam que quanto mais informações melhor seria o trabalho deles.

Dos professores que avaliavam negativamente, estes fizeram críticas em relação à quantidade de ações e do conteúdo abordado e pudemos observar na fala de profissionais dos três grupos.

As críticas realizadas pelos docentes eram relativamente parecidas umas com as outras – todos falavam sobre a pouca frequência dos cursos e da superficialidade do mesmo. A formação continuada deve servir como apoio à prática docente. Barreto e Nunes (2011, p. 08) consideram que “os dispositivos de formação devem proporcionar experiência articuladas às necessidades da prática do professor aos quais se destina”. Senso sim, a formação continuada não pode ser algo superficial e nem poder estar em desacordo com a realidade em sala de aula.

Quanto ao entendimento dos docentes sobre a formação continuada, parece-nos clara. Em um dos recortes de entrevista é perceptível isso:

Essas formações continuadas servem para deixar o professor atualizado e também assim estimular para que a gente possa fazer um melhor trabalho na sala de recursos. É como se fosse uma reciclagem muito importante inclusive ela está na lei. As formações estão na lei.  
[G1- Professor-6]



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

De fato, no art. 5º, § 2º, inciso III, do Decreto 7.11/2011, estabelece que o governo federal prestará apoio técnico e financeiro para a formação continuada de professores.

De acordo com Mantoan e Pietro (2006), a formação continuada deve ser um compromisso do sistema de ensino e deve ter responsabilidade de proporcionar práticas para responder as peculiaridades do sistema educacional. É um direito do professor que se encontra em exercício. E, as professoras pesquisadas reconhecem o seu direito.

As secretarias de educação exercem um importante papel na formação continuada dos docentes e por isso abordamos esta temática com as professoras. Quisemos saber como a Secretaria Estadual de Educação estava organizando a formação continuada e as ofertas de oportunidades para o desenvolvimento profissional e para a garantia do exercício profissional satisfatório no Atendimento Educacional Especializado.

Quanto a isso, a maioria dos entrevistados do Grupo 1 avaliaram o trabalho da Secretaria como satisfatório, tendo inclusive, quatro docentes que falaram positivamente sobre a atuação da coordenadora de Educação Especial da CRE.

O grupo 2 fez críticas em relação a oferta de cursos voltados para professores de outras áreas e para o professor de sala regular. Por sua vez, o grupo 3, com exceção de um entrevistado, avaliou a atuação da Secretaria negativamente, afirmando que os cursos oferecidos eram incipientes.

Na opinião de Stainback e Stainback (1999), o corpo de profissionais deve estar pronto para receber e o oferecer o serviço adequado para todos os indivíduos. Portanto, é necessário que a idéia de inclusão seja compartilhada por todos os profissionais da instituição escolar e não apenas pelo professor especialista.

Torres Gonzáies (2002, p. 244) compartilha dessa opinião e afirma que:

Os alunos com necessidades educativas especiais não são “competência” do professor de apoio à integração, denominados “especialistas”, já que a responsabilidade de lhe proporcionar respostas adequadas deve ser compartilhada, em uma cultura de colaboração propiciada a partir do interior das escolas. Para isso, os professores necessitam identificar-se, por meio do projeto educacional, com a escola, analisando o seu contexto e as necessidades reais.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A inclusão escolar é um processo de colaboração entre todos os membros que deve ser realizada em equipe com o objetivo de proporcionar acesso e permanência de todos os alunos. Devido a isso, todos os profissionais que trabalham na instituição escolar devem ter formação que o habilite a lidar com diversidade.

### **Conclusão**

O estudo e a discussão sobre a formação de professores do AEE é de extrema necessidade no estado de Alagoas, visto que o assunto é pouco abordado nas pesquisas realizadas na área. A problemática gira em toda a temática da Educação Inclusiva em Alagoas, existem poucos estudos na área

Ainda que os professores dos três grupos pesquisados considerassem a formação continuada, oferecida pela Secretaria Estadual, válida para os seus trabalhos no AEE, parte dos profissionais atribuíam o sucesso à atual coordenadora da CRE. Apesar disso, foram feitas críticas em relação à quantidade de cursos oferecidos, o que nos levou a questionar se a quantidade de cursos atendia toda a demanda de um professor do AEE.

Os resultados fazem-nos refletir sobre a condição da Educação Inclusiva nas Escolas Estaduais no município de Maceió, as condições de trabalho dos professores e a formação continuada como um meio de proporcionar a reflexão sobre a ação docente. Contudo, podemos concluir que a formação continuada não pode acontecer sem haver concomitantemente melhorias no sistema de ensino da rede estadual como um todo. Portanto, é válido pensar na formação profissional como uma das possíveis formas de ajudar na melhoria do desempenho escolar de todos os alunos, mas não a única.

### **Referências**

ALAGOAS/SEE/Maceió. **Edital SEE nº005/2012**. Maceió, 2012.

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da Ciência: Filosofia e Prática da Pesquisa**. 1ª Edição. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

BARROS, J. L. V. **A formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva no município de Maceió**. 2010. 203f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) –, Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 2**, de 11 de Fevereiro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Lei Estadual nº 5.538, de 26 de julho de 1991. **Institui o Regime jurídico único dos servidores públicos civis do estado de Alagoas, das autarquias e das fundações públicas estaduais.** Disponível em< <http://www.educacao.al.gov.br/legislacao-1/regime%20juridico%20nico.pdf>> Acesso em 29 Jul, 2015.

BRASIL. MEC. CNE. **Resolução nº 4**, de 02 de Outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Portal MEC, Brasília, DF, out. 2009.

BRASIL. MEC. SEF. **Referenciais para formação de professores.** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 1999.

CALHEIROS, D. S.; FUMES, N. L. F. A educação especial em Maceió/Alagoas e a implementação da política do atendimento educacional especializado. **Rev. bras. educ. espec.** [online]. 2014, vol.20, n.2, pp. 249-264. ISSN 1413-6538.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

GATTI B A. **Análise das políticas para formação continuada no Brasil, na última década.** Revista Brasileira de Educação, Campinas: Autores Associados, jan/abr 2008; 13(37):57-69.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo, Atlas, 2008.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E .D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MANTOAN, M. T. E, PRIETO, R. G, ARANTES V. Amorim (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**, 1ed., São Paulo: Summus, 2006

PIMENTA, S. G ; LIMA M. S. L. **Estágio e Docência.** 5.ed – São Paulo: Cortez, 2010

SILVA, A. H; FOSSÁ, M. I. T. **Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos.** **Anais do IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade.** Brasília, 2013.

SOARES, A. M. M. ; FERREIRA., W. B. ; SILVA, J. S. S. ; SILVA, A. M. ; BELARMINO, M. S. . **A Formação dos Professores do AEE em João Pessoa-PB: Saberes, Superação de Barreiras e Direitos da Pessoa com Deficiência.** 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

STAINBACK, S; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores.** Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TORRES G. J.A. **Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas/ José Antônio Torres Gonzáles; Trad. Ernani Rosa-Porto Alegre: ARTMED2002.**